



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS – CCEA
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

GEORGE FERREIRA DE SOUSA

**POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: GARANTIA DE
REFEIÇÕES BÁSICAS NO SÍTIO ARARAS DO MUNICÍPIO DE ITAPETIM-PE**

PATOS – PB

2018

GEORGE FERREIRA DE SOUSA

POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: GARANTIA DE REFEIÇÕES BÁSICAS NO SÍTIO ARARAS DO MUNICÍPIO DE ITAPETIM-PE

Monografia apresentada ao Curso Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/Campus VII, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharelado em administração.

Orientador (a): Prof. Ms Geovaneto Vilar de Oliveira.

PATOS - PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725p Sousa, George Ferreira de.
Política pública de transferência de renda [manuscrito] :
garantia de refeições básicas no Sítio Araras do município de
Itapetim-PE / George Ferreira de Sousa. - 2018.
58 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Prof. Esp. Geovaneto Vilar de Oliveira,
Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Políticas Públicas. 2. Bolsa Família. 3. Refeições
Básicas. 4. Política Social.

21. ed. CDD 361.2

GEORGE FERREIRA DE SOUSA

POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: GARANTIA DE REFEIÇÕES BÁSICAS NO SÍTIO ARARAS MUNICÍPIO DE ITAPETIM-PE

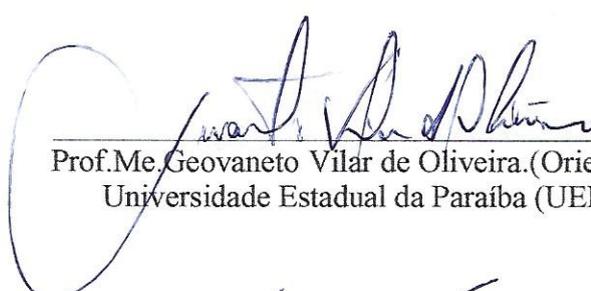
Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

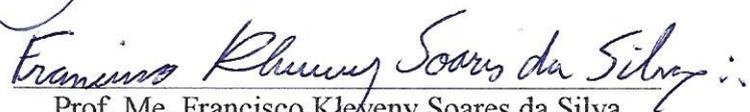
Área de concentração: Gestão Pública

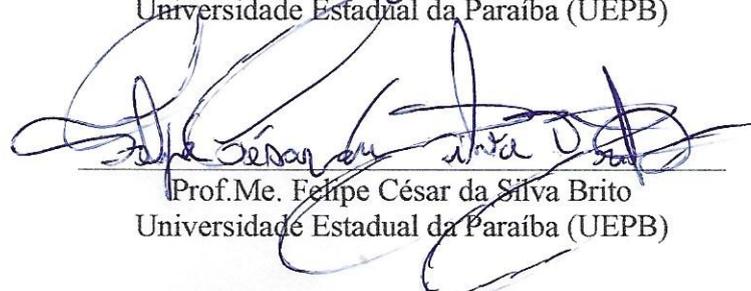
Orientador: Prof. Me. Geovaneto Vilar de Oliveira

Aprovada em: 05/06/2018

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Geovaneto Vilar de Oliveira. (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Francisco Kleveny Soares da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Felipe César da Silva Brito
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedicatória

A Deus, nosso pai e criador de todas as coisas que me deu forças durante toda a caminhada durante a graduação, a Maria mãe de Jesus Cristo onde sempre em minhas orações quando me encontrava fraco na fé pedia que ela junto com seu filho Jesus intercedessem ao Pai por mim.

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe, Edelsuita, que sempre me incentivou e me deu forças pra continuar nos momento de dificuldades. Gratidão a meu pai, José Cabral tantas vezes quando saia de casa pra universidade via nos seus olhos o orgulho e ao mesmo tempo a preocupação comigo ao enfrentar a estrada durante a noite em altas horas, aos meus irmãos e irmãs, cunhados, a todos os meus familiares que sempre me apoiaram e me incentivam a lutar pra conquista desse sonho que se tornou realidade meu obrigado a todos. Aos meus mestres durante a graduação, minha gratidão, especialmente ao meu professor e orientador Geovaneto Vilar de Oliveira gratidão por todo companheirismo, esforço e por toda paciência que teve comigo durante esse período de orientação.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a política de transferência de renda do Programa Bolsa Família no sítio Araras, localizado no município de Itapetim-PE no que diz respeito à garantia das principais refeições, pretende-se esclarecer as características e a importância do Programa Bolsa Família e avaliar a relevância deste programa para uma população específica, meio de uma análise do grau de conhecimento dos beneficiários sobre o principal objetivo do programa. Em termos metodológicos este estudo desenvolveu-se por meio de uma pesquisa bibliográfica investigativa, e se caracterizou como um estudo de campo, e exploratório, com uma abordagem quali-quantitativo por meio de um questionário semi-estruturado aplicado à 31 (trinta e um) pessoas que recebem benefício do PBF e residem no Sítio Araras. Por fim, constatou-se que a maioria dos participantes tem conhecimento acerca do objetivo principal do PBF, considerando muito bom o programa, mesmo não considerando que o valor atual recebido mensalmente é suficiente para a aquisição da alimentação básica do mês. Todavia, a maioria dos participantes declarou que, mesmo diante dessa insuficiência, o programa fomentou melhorias na vida de suas famílias no que diz respeito à possibilidade em se adquirir alimentos.

Palavras – Chave: Políticas Públicas. Bolsa Família. Refeições Básicas. Política Social.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the policy of transferring income from the Bolsa Família Program in place macaws, located in the municipality of Itapetim-PE as regards the security of main meals, it is intended to clarify the characteristics and the importance of the Bolsa Família Program and assess the relevance of this program for a specific population, through a review of the level of knowledge of the beneficiaries on the main objective of the program. In methodological terms, this study was developed through an investigative bibliographic research, and was characterized as a field and exploratory study, with a qualitative-quantitative approach through a semi-structured questionnaire applied at 31 (thirty-one) persons who receive benefits from the PBF and reside in the Araras. Finally, it was found that most of the participants are aware of the main objective of the PBF, considering the program very good, even though it does not consider that the current monthly value is sufficient for the purchase of basic food for the month. However, most participants stated that, even in the face of this shortcoming, the program encouraged improvements in the lives of their families with regard to the possibility of acquiring food.

Keywords: Public Policies. Bolsa Família. Basic Meals. Social Policy.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Quadro 01: Valores dos benefícios do BF de acordo com as características de cada família.	24
Quadro 02: Valores Mensais recebidos pelos participantes do estudo pelo Programa Bolsa Família.	35
Gráfico 01: Resultados obtidos acerca da faixa etária dos participantes do estudo.	33
Gráfico 02: Resultados obtidos acerca do estado civil dos participantes do estudo.	33
Gráfico 03: Resultados obtidos acerca do nível de escolaridade dos participantes do estudo.	34
Gráfico 04: Resultados obtidos acerca dos participantes possuírem ou não filhos.	36
Gráfico 05: Resultados obtidos acerca da quantidade de filhos que os participantes do estudo possuem.	36

LISTA DE REDUÇÕES

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MESA – Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

OPS – Organização Panamericana de La Salude

PNAD- Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PE- Pernambuco

PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PROEDA – Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO	11
1 Conceituando políticas públicas	11
1.1.1 Tipologia de Políticas Públicas de acordo com Theodore J. Lowi	13
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	15
1.2.1 Dados sobre a pobreza no Brasil	15
1.2.1.1 O fenômeno da exclusão social e a pobreza.....	17
1.2.1.2 A Carta Magna de 1988: uma análise da garantia do direito à alimentação .	20
1.2.2 Programa Bolsa Família: concepções e reflexões	22
1.3 Neoliberalismo no Brasil e seu efeito sobre as políticas públicas distributivas	25
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	29
2.1 Tipo de Pesquisa	29
2.2 Local e amostra do estudo	29
2.3 Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados	30
2.4 Processamento e Análise dos Dados	30
2.5 Aspectos éticos	30
CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
3.1 Dados de Identificação dos participantes	32
3.2 Dados específicos do estudo	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
APÊNDICES	50

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países em desenvolvimento onde a presença da população em estado de pobreza e de extrema pobreza é ainda relativamente alta. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNDA/ IBGE, 2017), em 2016 o Brasil com uma população de 207,7 milhões de habitantes possuía 11,2% de cidadãos em estado de pobreza e 6,5% em situação de extrema pobreza. Diante dessa realidade alguns problemas sociais surgem como exemplo à falta de acesso à alimentação básica (IBGE, 2017).

Junto com a pobreza surge a problemática da exclusão social. Um fenômeno que ocasiona ruptura das relações do indivíduo com sociedade impossibilitando-os de alcançar seus direitos fundamentais como saúde, educação, moradia, alimentação e outros (SPOSATI, 1996; OPS, 2003).

A Carta Magna de 1988 enumera em seu Artigo 3º vários objetivos para a República brasileira. Dentre estes objetivos têm-se a erradicação da pobreza, o que de fato demonstra a preocupação do Estado em erradicar tal problemática (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, no processo de construção de políticas públicas para enfrentamento da pobreza no Brasil, no ano de 2003 durante o primeiro mandato do ex -presidente Luís Inácio Lula de Silva é implantada a Estratégia Fome Zero. Uma das primeiras e principais ações executadas pelo Fome Zero foi o programa Bolsa Família, considerado o maior programa de transferência de renda em implementação no Brasil, com implementação descentralizada em todos os municípios e que fomentou uma significativa e contínua diminuição da pobreza e da desigualdade no país (ZIMMERMANN, 2006; SILVA; SILVA, 2010).

A questão que conduz este estudo refere-se à eficácia da renda mínima como política de combate fome diante de um contexto político neoliberal vigente no Brasil desde a década de 1990. Já o argumento deste estudo centra-se no fato de que o Bolsa Família é considerado um programa que fomentou uma significativa e contínua diminuição da pobreza e da desigualdade no país, mas que por ser uma política social sofre com os entraves da política neoliberal que passou a extinguir do

Estado algumas responsabilidades econômico – sociais acarretando em significativas consequências ao social, ou seja, às políticas públicas sociais, cabendo por isso ser estudada a sua eficácia enquanto política fomentadora da erradicação da pobreza e da fome.

Sabendo que o Bolsa Família é um programa de fomenta a diminuição da pobreza no Brasil, e entendendo a importância deste para a questão da garantia das refeições básicas dos cidadãos brasileiros, este trabalho justifica-se pela notável busca contemporânea pela a erradicação da pobreza, cabendo por isso estudos que contemplem uma análise crítica acerca desta política social distributiva no Brasil direcionada para a erradicação / diminuição da pobreza e por consequência da fome.

Como o objetivo deste trabalho concentra-se em analisar a política de transferência de renda do Programa Bolsa Família no sítio Araras, localizado no município de Itapetim-PE no que diz respeito à garantia das principais refeições, pretende-se esclarecer as características e a importância do Programa Bolsa Família, avaliar a relevância deste programa para uma população específica, a do sítio Araras por meio de uma análise do grau de conhecimento dos beneficiários sobre o principal objetivo do programa e responder o seguinte questionamento. O valor financeiro recebido pelos beneficiários é suficiente pra suprir as necessidades dos gastos mensais com alimentação?

Por fim, considera-se esta análise de grande relevância acadêmica, uma vez que este estudo concederá conteúdo e conhecimento para o meio científico, estimulando questionamentos e soluções que tratem sobre a problemática proposta. Assim sendo, este trabalho visa enriquecer e subsidiar o conhecimento acerca do Programa Bolsa Família, expondo as características e as reflexões acerca desta política pública social distributiva.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Conceituando políticas públicas

É primordial que antes de entender a ontologia de políticas públicas, compreenda-se a sua origem. Souza (2006, p. 22) afirma que a origem das políticas públicas remete-se ao período da guerra fria e que se fundamentou na análise sobre o Estado e suas instituições, já que de acordo com a autora, o Estado é "[...] produtor, por excelência, de políticas públicas".

Souza (2006) ainda aponta que a área de políticas públicas possui quatro grandes fundadores, são eles, a saber: H. Laswell¹, H. Simon², C. Lindblom³ e D. Easton⁴.

Acerca da conceituação de políticas públicas autores que versam sobre a temática como Mead (1995) posiciona-se afirmando que políticas públicas são a

¹ Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (SOUZA, 2006).

² Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc., mas a racionalidade, segundo Simon, pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios (SOUZA, 2006).

³ Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse (SOUZA, 2006).

⁴ Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos (SOUZA, 2006).

soma de ações governamentais que afetam diretamente na vida dos cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, raça, religião ou nível social.

Alguns outros autores como Monteiro (1982) consideram que o papel das políticas públicas é de solucionar problemas da sociedade, fomentando o bem – estar por meio de ações bem desenvolvidas e da execução dessas ações em áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, ou seja, ações que contemplam a qualidade de vida como um todo.

Souza (2006) complementa a busca pela conceituação de políticas públicas ao escrever que

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Melazzo (2010) contribui consideravelmente para o entendimento do conceito superficial de políticas públicas, e nos auxilia encaminhando para o real entendimento destas. O autor disserta que,

Em um sentido restrito e imediato, podemos definir política pública como toda ação permanente e abrangente do poder público em uma determinada área de atuação, seja econômica, ambiental, urbana ou outras. Isto é, trata-se de uma linha de estratégias adotadas para se lidar com determinados objetivos/problemas, previamente selecionados, linha essa que se materializa/consubstancia, na maioria das vezes, através de princípios, diretrizes, objetivos e normas, mais ou menos explicitados através de planos, programas e projetos e, dependendo de cada caso, também de um arcabouço legal – a lei ou o conjunto de leis (MELAZZO, 2010, p.14-15).

Costa (1998) também define política pública ao considerar que estas são na verdade o ambiente onde são planejadas, formuladas e definidas estratégias que então sancionadas pelo governo com o propósito de atender uma demanda específica.

Melazzo (2010) considera que o conceito de Políticas Públicas mostra-se polissêmico, e que não se pode apenas definir estas como ações governamentais. Nas palavras do autor,

Na verdade, este conceito pode se referir ou expressar diferentes dimensões dos processos que envolvem a decisão e a intervenção do Estado sobre determinada realidade ou, ainda, incorporar mecanismos e estruturas de tomadas de decisão ou implementação de ações mais ou menos sujeitas a controles sociais e, somente isto, justificaria uma análise mais detida de seus conteúdos (MELAZZO, 2010, p.12).

Melazzo (2010) ainda sublinha que toda política é necessariamente pública, e que sim estas pensam no bem estar da coletividade, o que corrobora com os apontamentos Monteiro (1982) e de Mead (1995). No entanto, o autor aponta que para ser necessariamente pública estas políticas devem permitir a participação democrática. Outhwaire; Bottomore (1996, p. 257) concordam e afirmam que é requisito fundamental das políticas públicas “[...] a abertura das questões públicas à discussão por cidadãos interessados [...]”.

Cunha; Cunha (2012, p. 12) discordam de Melazzo (2010) e de Outhwaire; Bottomore (1996) ao considerarem que políticas públicas são reguladas pelo governo, pela sociedade e também pelas entidades privadas. Nas palavras dos autores “[...] embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo estado, elas englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos”.

Com base na bibliografia supracitada, percebe-se que políticas públicas são a materialização das preocupações do governo, que deve agir em conjunto com seus cidadãos podendo ainda haver a intervenção do setor privado, preocupações estas que possuem o objetivo comum do bem estar e que se expressam por meio de ações planejadas e executadas após sanção estatal em diversas áreas como saúde, educação, meio ambiente, economia e outras.

1.1.1 Tipologia de Políticas Públicas de acordo com Theodore J. Lowi

Theodore J. Lowi é um teórico norte – americano que categoriza as políticas públicas em quatro tipos: as Políticas Distributivas; as Políticas Redistributivas; as Políticas Regulatórias; e as Políticas Estruturadoras. A seguir expõem-se as características de cada uma.

As Políticas Distributivas são os tipos de políticas públicas que alocam recursos à uma parcela específica da sociedade mediante recursos provenientes da coletividade, sem haver conflitos já que os recursos são específicos e outros grupos de interesses não terão os seus recursos diminuídos (LOWI, 1964).

Lopes; Amaral; Caldas (2008) indicam que as Políticas Distributivas podem ser assistencialistas ou não, e citam como sendo exemplos destas implementação de hospitais e escolas, revitalização de áreas urbanas, salário – desemprego, programas de renda mínima, subsídios para empreendimentos econômicos dentre outros.

Já Políticas Redistributivas são aquelas que alocam bens e serviços à segmentos específicos por meio de recursos oriundos de outros grupos, sendo por isso conflituosas (LEWI, 1964). São exemplos deste tipo de política de acordo com Lopes; Amaral; Caldas (2008) a política de reforma agrária e a política tributária.

As Políticas Regulatórias são criadas com o propósito de avaliar setores específicos e criar normas e diretrizes (LEWI, 1964). Silva (2015) aponta que estas políticas normatizam e regulam as Políticas Distributivas e Redistributivas e que é responsabilidade inerente ao Estado, citando como exemplo de Políticas Regulatórias o Código de Trânsito, o Código Penal, Legislação Trabalhista entre outros.

Por fim, as Políticas Estruturadoras se constituem como aquelas que estabelecem as normas e os procedimentos com base nos quais devem ser implementadas as outras políticas públicas (LEWI, 1964). Um claro exemplo deste tipo de política é o Congresso Nacional.

Mesmo que o objetivo deste tópico seja demonstrar a categorização de Lowi (1964) por ela ter embasado outras categorizações, considera-se ainda citar os tipos de políticas públicas defendido por Teixeira (2002).

Teixeira (2002) categoriza as políticas públicas quanto aos critérios de abrangência dos possíveis benefícios que elas possam trazer. De acordo com autor então existe quatro tipos de políticas públicas: as universais, que são aquelas destinadas à todos os cidadãos como é exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS); as segmentais que são às destinadas à um grupo especificado pela idade, ou gênero, ou outros como o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como também a política de cota para o Ensino Superior; e as fragmentadas que são as destinadas a grupos específicos dentro de cada segmento da sociedade como é exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Ainda há a categorização das políticas públicas com base no setor de atividade governamental que operam, e que merecem ressalva nesta dissertação. Lima; Souza (2012) apontam que estas podem ser divididas em Políticas Sociais, entendidas como aquelas que destinam-se a atender os direitos sociais; Políticas Econômicas que tem o propósito de gerir a economia interna e promover a economia externa; Políticas de Infraestrutura que tem por objetivo garantir a consecução dos objetivos das Políticas Sociais e Econômicas; e as Políticas de Estado que objetivam garantir a cidadania, a ordem interna, a defesa externa da soberania nacional.

Feita estas categorizações de políticas públicas, é admissível que este trabalho avance para o entendimento de uma política distributiva em específico, o Programa Bolsa Família uma política pública integrante da Estratégia Fome Zero lançada pelo ex- presidente Luís Inácio Lula da Silva no ano de 2003 com o objetivo de diminuir a pobreza no Brasil, para posterior elencarmos sobre como o ideário neoliberal pode afetar as políticas públicas brasileiras, principalmente aquelas de ordem distributiva e social como as políticas públicas de transferência de renda como é o caso deste Programa em específico.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

1.2.1 A pobreza no Brasil

De acordo com Soares (2003) e Silva (2003) pobreza é pressuposto de escassez financeira, isto é, representa a mensuração do poder monetário ou de

renda disponível de um sujeito. Silva; Bandeira; Lopes (2011) discordam e defendem que a caracterização de pobreza não pode ser mensurada pelo poder aquisitivo de uma pessoa uma vez que existem referenciais, critérios e indicadores diferentes, o que impossibilitam uma única definição, isto é, a pobreza não deve ser associada à insuficiência de renda.

Silva; Bandeira; Lopes (2011) acrescentam que,

No Brasil a pobreza se configura como um produto de relações sóciopolíticas históricas as quais ao longo do tempo se reatualizam “dando novas conformações aparentando transformações e modernidades”, porém mantendo o mesmo perfil conservador e de subalternização e naturalização a essa questão (SILVA; BANDEIRA; LOPES, 2011, p. 06)

Segundo o Dicionário online Michaelis (2015), pobreza se refere a um estado ou qualidade em que o nível de vida do indivíduo ou da família se encontra a abaixo do nível médio da comunidade tomada como referência. Lopes (2008) afirma que a pobreza é uma condição produzida pelo neoliberalismo, e, portanto trata-se de um fenômeno econômico.

Como o propósito deste estudo abrange uma análise sobre as políticas públicas de transferência de renda, abraçaremos a conceituação de pobreza monetária, isto é, a dimensão da pobreza que é relacionada ao poder aquisitivo dos sujeitos.

Autores como Teles (2006) e Leal Ivo (2008) versam sobre a questão da pobreza no Brasil declarando que esta mostra-se ser uma problemática histórica. Em outras palavras, a sociedade brasileira enfrenta um processo histórico caracterizado por índices crescentes de pobreza. Silva; Bandeira; Lopes (2011) declaram que a pobreza no Brasil é resultante de um sistema socioeconômico excludente, paternalista e concentrador.

Silva; Bandeira; Lopes (2011) acrescentam que a pobreza no Brasil é resultado do modo de acumulação capitalista. Nas palavras dos autores “Na medida em que há o desenvolvimento do sistema capitalista, concomitantemente, há o desenvolvimento da pobreza, visto que esse sistema gera riqueza na mesma proporção em que produz e reproduz pobreza”.

De acordo com o PNAD (IBGE, 2017) cerca de 11,2 % das pessoas encontram-se em situação de pobreza no país. De acordo com a mesma pesquisa, 6,5% de pessoas, cerca de 52 milhões de brasileiros, encontravam-se em situação de pobreza extrema no Brasil. São considerados abaixo da linha da pobreza brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 387,00.

A pobreza, com base na contextualização supracitada não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, pode-se afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida, de subsistência.

Diante do exposto percebe-se que a pobreza é multidimensional, e considerada um grave problema social no Brasil e fomentadora da exclusão social. Diante dessa problemática ações governamentais têm sido pensadas e desenvolvidas com o objetivo de resolver ou ao menos amenizar tal problema já que para muitos autores o problema é impossível de ser erradicado. Uma das formas de intervenção estatal diante de tal se materializa por meio de políticas de transferência de renda.

Antes de avançarmos nesta fundamentação teórica para a contextualização de políticas de transferência de renda, considera-se que seja necessário realizar uma abordagem sobre o fenômeno de exclusão social e como este relaciona-se com a pobreza, além de uma análise sobre a garantia do direito à alimentação sob a ótica da Constituição de 1988.

1.2.1.1 O fenômeno da exclusão social e a pobreza

Sabe-se que a pobreza e a Exclusão Social quando relacionadas provocam consequências à efetivação dos Direitos Humanos inerentes à pessoa humana, uma vez que a pobreza impossibilita que o indivíduo disponha de seus direitos fundamentais o que acaba por favorecer o processo de Exclusão Social.

Devido a Exclusão Social estar estreitamente ligada a condição econômica, ou seja, à condição de pobreza do indivíduo, é importante para cumprir-se a continuidade desta fundamentação, primeiro conceituando-se pobreza para depois definirmos Exclusão Social, e assim ser possível relacioná-las.

Para Martines Xiberras (1993) excluídas são todos os indivíduos que não participam dos mercados de bens materiais ou culturais. Isto é, são sujeitos que estão à margem, e sem possibilidades de participação e acesso aos Direitos fundamentais descritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Carta Magna brasileira de 1988.

A Organização Panamericana de la Salud (OPS), define Exclusão Social como um processo estrutural, multidimensional, que envolve a falta de recursos e oportunidades e a falta de pertencimento como um produto da ruptura dos laços sociais que permitem que os indivíduos integrem uma rede social (OPS, 2003)

Para Sposati (1996) exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar da sociedade e leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Faleiros (2006) alerta para sua teoria de que a questão da inclusão social está profundamente vinculada à exclusão, uma vez que os processos de Inclusão social buscam reverter ou atenuar os efeitos provocados pela exclusão.

No Brasil, pode-se afirmar que a exclusão social é existente desde a época da colônia, ganhando destaque a partir da década de 1970 decorrente do desenvolvimento econômico capitalista oriundo do período ditatorial brasileiro. (POCHMANN, 2005)

O termo Exclusão Social passou a ser amplamente utilizado somente na década de 1980 para designar as novas feições da pobreza e, essas novas feições são resultantes do cenário econômico da época, herdado da crise do petróleo e caracteriza-se pela privação do cidadão a justiça, a igualdade, a equidade, a uma vida digna e a participação coletiva na vida pública e política. (BRASIL, 2007; ARZABE, 2011).

Para Doroteu (2012) a exclusão social pode ser encarada como um processo sócio histórico caracterizado pelo recalçamento de grupos sociais ou pessoas, em todas as instâncias da vida social. Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1987) se posiciona afirmando que os termos “dentro” seriam os incluídos e “fora” seriam os excluídos. Segundo Assim, os excluídos, os “seres de fora”, “à margem”, seriam seres individuais e patológicos, necessitando serem ajustados e integrados à sociedade.

Xiberras (1993) manifesta-se a favor de que a pobreza está relacionada com a Exclusão Social, influenciando-a diretamente e provocando consequências no que diz respeito ao acesso e o exercício dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Ora, uma vez que a pobreza impossibilita que o indivíduo tenha acesso à saúde, à educação, e à moradia de qualidade, por exemplo, ele passa então a ser um sujeito marginalizado socialmente, deixando de se integrar e usufruir de seus direitos.

Assim a concepção de Exclusão Social diferencia-se da concepção de pobreza, porém estão intimamente relacionadas, uma vez que é a pobreza, uma condição que ocasiona as situações de não suprimento dos direitos fundamentais da pessoa humana, que aprofunda, conforme descreve Carvalho (2003), as dimensões da desigualdade social que favorece o processo de exclusão social e de violação dos direitos humanos.

No ano de 1993 a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos afirmou que a pobreza extrema e a exclusão social constituem uma violação da dignidade humana e que são necessárias medidas urgentes para promover os Direitos Humanos dos mais pobres com o propósito de pôr fim à pobreza extrema e à exclusão social (ONU, 1993). Em 2001 a Comissão sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também reconheceu que a pobreza constitui uma violação dos direitos humanos.

Os Direitos Humanos só passaram a ser efetivados no Brasil com a promulgação da Carta Magna de 1988, quando foram percebidos conforme afirma Moraes (2000), como direitos que tem por finalidade básica o respeito da dignidade do indivíduo. Com esta carta constitucional estabeleceu-se a responsabilidade do Estado no fomento das condições mínimas de vida e de desenvolvimento da personalidade humana.

Conforme o que determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que serviu de embasamento para o texto relacionado aos direitos à dignidade da pessoa humana da Carta Magna de 1988, o Estado deve ser responsabilizado por assegurar e garantir que os direitos fundamentais dos seus cidadãos sejam efetivados, atuando como um transformador social e evitando que seus sujeitos sejam excluídos.

Portanto é função do Estado reunir soluções sociais para atender os interesses coletivos de seus cidadãos, priorizando que os Direitos destes sejam garantidos através de direitos sociais que diminuam a pobreza e a exclusão social. E a aplicação destes direitos poderá ser feita através de políticas públicas, direcionadas pelo poder Executivo, garantindo a todos os cidadãos os direitos básicos, já definidos na Constituição brasileira de 1988, como acesso de qualidade à saúde, ao trabalho, à alimentação à moradia, à educação, entre outros, desde que essas políticas tenham, segundo Paulo Freire (1995) um cunho transformador social, político e econômico (BRASIL, 1988; FREIRE, 1995).

Diante disso, na busca por mudanças deste cenário de exclusão social vivenciado pelo Brasil, o país vem instituindo em programas que buscam combater as desigualdades sociais e estimulem a inclusão social de pessoas que vivem em condição de pobreza. Um desses programas é a Estratégia Fome Zero que será abordada mais adiante.

1.2.1.2 A Carta Magna de 1988: uma análise da garantia do direito à alimentação

Sales; Pachú (2015) apontam que são direitos sociais aqueles tidos como direitos básicos fundamentais ao homem, e que tenha por objetivo promover a justiça social e responsabilizar o Estado no que diz respeito à atenuação das desigualdades sociais assim como fomentar uma vida digna aos indivíduos.

Telles (2006) complementa o entendimento acerca dos direitos sociais ao escrever que,

Os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da liberdade. (TELLES 2006, pp. 289-290).

Pessoa (2011) aponta que os direitos sociais surgiram a partir da Revolução Industrial no século XIX que trouxe uma desigualdade social e obrigou o Estado a

intervenção social, intervenção esta que se deu por meio do provimento de direitos como saúde, educação, alimentação dentre outros.

O autor ainda acrescenta que,

[...] os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a equalização de situações sociais desiguais, são, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade (PESSOA, 2011, p. 01)

No Brasil, a Carta de 1988 é considerada como um marco dos direitos sociais no Brasil, apresentando conceitos e garantias inovadores no âmbito de proteção àqueles mais desfavorecidos pelo sistema econômico vigente no país, buscando desconstruir desigualdade entre seus indivíduos, fruto de sua herança cultural (SANTIN, 2000).

A Constituição de 1988 disciplina os direitos sociais em capítulo próprio: Capítulo II – Dos Direitos Sociais (do artigo 6º ao artigo 11º), localizado no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, e mais adiante no Título VIII – Da Ordem Social (do artigo 193º ao artigo 232º) (BRASIL, 1988).

Os direitos sociais que devem ser assegurados à população brasileira, e estão descritos no Artigo 6º da referida Carta Constitucional. Lê-se que,

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

A alimentação foi incluída na Carta Maior como direito social por meio da Emenda Constitucional nº 64, em 2010. A alimentação como direito fundamental deve ser assegurado a todos os indivíduos e, quando o próprio indivíduo não possuir meios de ter alimentação adequada, caberá ao Estado ampará-lo e auxiliá-lo na efetivação desse direito.

Em outras palavras, a alimentação é um direito básico do ser humano, sendo assim toda e qualquer restrição destes é considerada uma violação dos direitos e da

dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, em seu Artigo 3º estão previstos os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre eles lê-se que,

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; (grifou-se) (BRASIL, 1988).

Percebe-se que no Brasil o cidadão tem direito à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, à previdência social, à alimentação entre outros, direitos estes amparados pela Carta Magna de 1988, que trouxe para o campo legislativo um rol extenso de direitos que buscam a equidade e a justiça social (SALES; PACHÚ, 2015)

Outrossim, a alimentação é um direito constitucional sendo também consagrado em vários documentos internacionais, e que exige a intervenção do Estado quanto à garantia de uma alimentação, ressalta-se que de qualidade, à seus cidadãos.

1.2.2 Programa Bolsa Família: concepções e reflexões

É importante evidenciar que antes do Bolsa Família, na década de 1990 houveram programas voltados à erradicação da fome, pode-se citar dentre eles a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) que instituiu vários programas de distribuição de benefícios monetários às famílias pobres com crianças e adolescentes foram instituídos, sobretudo como incentivo ou indução ao acesso a políticas universais como saúde e educação, e o Programa de Garantia de Renda Mínima que no ano de 2001 transformou-se no Programa Bolsa Escola (ZIMMERMANN, 2006).

Zimmermann (2006) e Lavinias (1996) apontam, como um programa antecessor do Bolsa Família, o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA) que tinha por objetivo o atendimento de diversos segmentos da população em situação de risco, quais sejam: famílias em condições de indigência; vítimas das consequências da seca; trabalhadores rurais sem terra e populações indígenas em estado de carência alimentar, entre outros. No ano de 2001 esse

programa foi desativado, entrando em cena os programas de transferência direta de renda às famílias carentes.

Já Coutinho (2016) afirma que o primeiro programa de transferência de renda do Governo Federal foi o Programa para Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

No processo de construção de políticas públicas para enfrentamento da pobreza no Brasil ganha ênfase no ano de 2003 durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) com o início da estratégia do Fome Zero. A primeira ação do então presidente Lula foi a criação de um Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) inovando no que diz respeito ao combate à pobreza ao objetivar que o MESA formulasse e coordenasse a implantação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PIOVESAN, 2005).

O MESA foi extinto no ano de 2004 sendo substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). De acordo com Zimmermann (2006, p. 150) a criação do MDS teve por objetivo “incrementar a intersectorialidade das ações governamentais voltadas para a inclusão social, o combate à fome, a erradicação da pobreza e de desigualdades sociais”.

O Programa Fome Zero é considerado por Coutinho (2016, p.69) como um dos pilares da política social do governo Lula. Segundo o autor este programa articulou um conjunto de políticas, as “políticas estruturais, as políticas específicas e as políticas locais”.

No âmbito da Estratégia Fome Zero os programas de transferência de renda assumem cada vez mais a centralidade para o enfrentamento da pobreza, uma das primeiras e principais ações executadas pelo Fome Zero foi o programa Bolsa Família. O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda em implementação no Brasil, com implementação descentralizada em todos os municípios, e é vinculado ao Programa Fome Zero (SILVA; SILVA, 2010).

Zimmermann (2006) complementa que,

[...] o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família tornou-se um dos principais instrumentos de combate à fome e de garantia do direito humano à alimentação no Brasil [...] representa um apoio significativo no sentido de garantir uma alimentação mínima a muitas famílias pobres brasileira (ZIMMERMANN, 2006, p.146).

Muitos autores que versam sobre o assunto como Silva; Yasbek; Giovani (2004) Barros, et al., (2007) e Soares; Ribas; Osório (2007) defendem que o Bolsa Família fomentou uma significativa e contínua diminuição da pobreza e da desigualdade no país. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2017) também identificou diminuição da pobreza no país por meio da análise do Índice de Gini⁵.

O Programa Fome Zero é percebido como sendo a principal, e por alguns até exemplar, política pública de combate à pobreza e à miséria, consistindo basicamente na transferência de renda advinda de fundos públicos e, segundo estudos, tem contribuído de forma significativa para a redução da pobreza, uma vez que uniu vários programas de transferência de renda como Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação em um único programa (PORTAL BRASIL, 2013).

Por meio da união de vários programas em um único programa, o Bolsa Família, o governo teve o propósito de reduzir gastos administrativos e melhorar a gestão tornando-a mais coordenada e integrada intersetorialmente (CAVALCANTI, et al., 2016). Em outras palavras, ao centralizar várias ações governamentais em um único programa, o governo favorece o acesso dos sujeitos vulneráveis ao programa, assim como torna este mais eficiente administrativamente.

Yazbek (2004) aponta que, mesmo sendo considerado um dos principais programas de erradicação da pobreza no Brasil, o Bolsa Família não se concebe por meio dos direitos dos sujeitos, isto é, ele é restrito e não abrange de forma incondicional os sujeitos. Um exemplo de limite deste programa de acordo com a autora é o fato de que para alguns municípios existem uma quantidade máxima de famílias a serem beneficiadas.

Acerca do apontamento de Yazbek (2004), Zimmermann (2006, p. 152) escreve que “A partir do momento em que essa quota é preenchida, fica “impossibilitada” a inserção de novas famílias, mesmo que sejam extremamente vulneráveis e, portanto, portadoras desse direito”.

Por meio dos dados inseridos no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, é

⁵ O Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento “Variabilità e Mutabilità” em 1912. Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras (IPEA, 2004).

feita a seleção das famílias que apresentam o perfil de renda para inserção no Bolsa Família, ou seja, famílias que vivem em situação de pobreza e pobreza extrema. Famílias que vivem em extrema pobreza são aquelas cuja renda mensal per capita é de até R\$ 70,00 e famílias vivendo em pobreza são as que possuem renda mensal per capita entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00. O valor do benefício transferido também é diferente para cada classificação (BRASIL, 2007; BRASIL, 2009).

Assim o MDS apresenta benefícios que variam de acordo com a composição e características de cada família. A seguir, na Tabela 01, a descrição dos benefícios.

Quadro 01: Valores dos benefícios do BF de acordo com as características de cada família.

Tipo de Benefício	Valor	Regra
Básico	R\$ 70,00	Transferido às famílias em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita menor ou igual a R\$ 70,00); Concedido mesmo quando não há crianças, adolescentes ou jovens na família.
BENEFÍCIO VARIÁVEL DE 0 A 15 ANOS	R\$ 32,00	Concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade;
BENEFÍCIO VARIÁVEL À GESTANTE (BVG)	R\$ 32,00	Concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição; Pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês;
BENEFÍCIO VARIÁVEL À NUTRIZ (BVN)	R\$ 32,00	Transferido às famílias beneficiárias do PBF que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição; Pagamento de seis parcelas consecutivas, a contar da data de concessão do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida
BENEFÍCIO VARIÁVEL VINCULADO AO ADOLESCENTE	\$ 38,00	Transferido às famílias beneficiárias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos; (BVJ) Limite de até dois benefícios por família; continua sendo pago regularmente à família até dezembro do ano de aniversário de 18 anos do adolescente
BENEFÍCIO PARA SUPERAÇÃO DA EXTREMA POBREZA (BSP)	Varia de acordo com o caso	Transferido às famílias beneficiárias do PBF que estejam em situação de extrema pobreza (renda mensal per capita menor ou igual a R\$ 70,00), mesmo após o recebimento dos outros benefícios do PBF. O benefício para superação da extrema pobreza independe da composição familiar.

Fonte: Brasil / MDS (2004)

Caixa Econômica Federal é o órgão operador e pagador. Cabe à Caixa receber e processar as informações levantadas pelos municípios que compõem o Cadastro Único, calcular a renda familiar per capita de acordo com os critérios estabelecidos pela SENARC (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania) e, por consequência, calcular quanto deve receber cada família, emitir os cartões magnéticos para pagamento e, finalmente, pagar o benefício mensalmente (SOARES; SÁTIRO, 2009).

Concebe-se, portanto que o Bolsa Família representa um avanço significativo no combate à fome no Brasil, uma vez que tem possibilitado uma melhoria na alimentação de muitas famílias pobres brasileiras. Todavia, sob a ótica dos direitos humanos, o Bolsa Família ainda apresenta uma série de empecilhos, sendo o fato de não considerar os direitos dos sujeitos e a limitação de número de beneficiários exemplos destes.

1.3 Neoliberalismo no Brasil e seu efeito sobre as políticas públicas distributivas

De acordo com Matos (2008) a ideologia neoliberal surge na Europa Ocidental e América do Norte no pós-II Guerra Mundial, desenvolvendo-se desde o início do século XX a partir da “Escola Austríaca”, fundada por Carl Menger e continuada por Ludwig Von Mises, que formulou os postulados que caracterizam o eixo do pensamento neoliberal até os dias atuais.

Matos (2008) aponta que o ideário neoliberal tinha por objetivo combater a crise capitalista vivenciada no mundo na década de 1970 por meio do fortalecimento do Estado e combate aos movimentos operários, que de acordo com o autor foram os causadores da crise capitalista. Esse fortalecimento do Estado compreendia, de acordo com o autor, dentre outras coisas a diminuição deste com os gastos sociais.

Merece destaque nessa contextualização sobre o neoliberalismo a compreensão sobre o Consenso de Washington. Trata-se de uma associação de medidas e ações com o propósito de realizar o ajuste macroeconômico dos países em desenvolvimento com o objetivo de conquistar o equilíbrio fiscal e a estabilização econômica que por ventura enfrentavam dificuldades econômicas. Bresser-Pereira

(1991) destaca que o Consenso de Washington foi idealizado com base na crise vivenciada pelo capitalismo na década de 1970. Batista (1994) corrobora com Bresser- Pereira (1991) e acrescenta que o Consenso de Washington que é na verdade uma ação neoliberal vista aos problemas econômicos latino-americanos.

O Estado de Bem-Estar foi atingido e o que se observou foi o fortalecimento do Estado por meio da diminuição com gastos sociais. Oliveira (2011) aponta que o modelo neoliberal caracteriza-se em uma reestruturação pautada no ajuste fiscal, com a privatização de empresas públicas e desvinculada da ideia de fortalecimento da proteção social, preconizando a redução do papel do Estado e ampliação da esfera do mercado econômico.

A crise econômica instalada no governo Sarney (1985 – 1990) acabou por dificultar a prática das ações expressas na Carta Magna de 1988. Surgiram então novos planos políticos, econômicos e sociais baseados em uma nova ordem, o Neoliberalismo, que insinuava entre outras coisas a restrição da ação do Estado na regulamentação da vida social (OLIVEIRA, 2011).

Oliveira (2011) aponta que o modelo neoliberal caracteriza-se em uma reestruturação pautada no ajuste fiscal, com a privatização de empresas públicas e desvinculada da ideia de fortalecimento da proteção social, preconizando a redução do papel do Estado e ampliação da esfera do mercado econômico.

No governo seguinte de Fernando Collor de Melo, a crise econômica permaneceu juntamente com o ideal neoliberal seguido no governo Sarney, culminando na continuação da redução dos recursos federais para os direitos sociais. Dessa forma, a proposta de descentralização e financiamento das políticas sociais levantada pela Constituição de 1988 enfrentava dificuldades em ser efetivada devido aos cortes orçamentários priorizados pelo modelo neoliberal (MACIEL, 2011).

A ascensão de Itamar Franco na presidência da República, em decorrência do impedimento de Collor de Melo, em agosto de 1992, estabeleceu o fim do primeiro tempo do neoliberalismo no país. Somente com a eleição de Fernando Henrique Cardoso o neoliberalismo foi retomado, estabelecendo entre os anos de 1995 a 2002, o segundo e mais longo tempo da aplicação do receituário neoliberal adotado no Brasil (SILVEIRA, 2009).

Em 1995 Fernando Henrique Cardoso assume o posto de presidente do Brasil, e precisamente no dia 23 de agosto encaminhou ao Congresso Nacional o

Plano de Reforma de Estado. Através deste Plano FHC defendia que o Estado deveria ser responsável pela coordenação e financiamento das políticas públicas e ao invés de executá-las, isto é, o Estado deixaria de produzir serviços na área de políticas públicas sociais para se tornar agente estimulador, coordenador e financiador (COSTA, 2000).

Oliveira (2011) comenta que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995 foi uma estratégia adotada para reviver o desenvolvimento econômico, que de acordo com os idealizadores sofreu um retrocesso após a promulgação da Carta Magna de 1988 quando houve um encarecimento do custeio da máquina pública.

Com esse Plano Diretor, propôs-se implantar no país uma administração gerencial para aumentar a governança do Estado, ou seja, preconizou-se a descentralização. Também se teve, por meio desta reforma, o objetivo de transferir para o setor público não-estatal os serviços não exclusivos, ou seja, transferir para o setor privado algumas responsabilidades estatais consideradas não exclusivas (OLIVEIRA, 2011).

Já no governo Lula (2003 a 2011), o ideal neoliberal não foi abandonado, mantendo a mesma política de ajuste macroeconômica dos governos anteriores, tornando as políticas sociais mais vulneráveis, “[...] face às limitações dos gastos públicos, se baseando em caráter contencionista”. (MENEZES, 2011, p.06).

Assim se deu sequência nesse governo à contrarreforma do Estado, iniciada na gestão de Fernando Henrique Cardoso e, como resultado pode-se dizer que houve uma diminuição da democracia no âmbito dos direitos sociais, ampliando e favorecendo o setor privado que atendia esses serviços (COSTA, 2000). Então inicia-se no país uma contra reforma, isto é, um retrocesso político, caracterizado principalmente pela priorização das privatizações do aparelho estatal.

O governo Dilma Rousseff (2011 – 2016) herdou e manteve esse retrocesso político na área social, uma vez que em seu governo buscou realizar um ajuste macroeconômico com o propósito de criar e recuperar as condições para um novo ciclo de crescimento. Este ajuste era de cunho neoliberal e tinha um claro objetivo de promover o controle dos gastos públicos, com a redução do papel do Estado (CARLEIAL, 2015).

Com o atual governo de Michel Temer não é diferente, visto que neste governo foi aprovada a PEC 241, a Proposta de Emenda à Constituição que congela os gastos do Governo por 20 anos com o objetivo de impor um equilíbrio das contas federais e um novo círculo virtuoso de crescimento. Isto é, o ideal neoliberal permanece vivo e cada vez mais provocando o desmonte dos direitos sociais (REIS, et al., 2016).

Desta forma, entende-se que o modelo político econômico neoliberal surgido no governo Sarney é perpetuado no governo Collor, com exceção do governo Itamar Franco que estabeleceu o fim do primeiro tempo do neoliberalismo, Sendo retomado e dado continuidade no governo FHC, Lula, Dilma e vigente no atual governo Temer, fomentou e fomenta inúmeras consequências à democracia brasileira, principalmente no que tange à direitos sociais, uma vez que estimulou e provocou o desmonte e sucateamento de políticas que deveriam ser de responsabilidade estatal, ferindo os direitos constitucionais conquistados em 1988.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA

2.1 Tipo de Pesquisa

O presente estudo tem uma proposta inicial bibliográfica investigativa, e se caracteriza como um estudo de campo, e exploratório, com uma abordagem quali-quantitativo.

Para Gil (2007) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Já a pesquisa de campo é caracterizada por Fonseca (2002) como um tipo de investigação em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza a coleta de dados junto a pessoas, utilizando para diferentes recursos de pesquisa.

Quanto à abordagem, este estudo desenvolverá a combinação dos métodos qualitativos e quantitativos, aonde a primeira abordagem irá se aprofundar na

compreensão de um grupo social sem representatividade numérica, e a segunda quantificará os dados coletados através de um tratamento estatístico.

Minayo et al., (2005) considera que a combinação desses métodos uma triangulação metodológica, objetivando contribuir no aumento do conhecimento sobre um determinado tema, possibilitando assim o alcance dos objetivos traçados e compreender a realidade estudada. Portanto essa interação metodológica concederá uma melhor construção, uma melhor argumentação e, por conseguinte uma melhor compreensão acerca do tema abordado.

2.2 Universo e amostra do estudo

A referida pesquisa foi realizada no Sítio Araras localizado no município de Itapetim-PE no qual a população atual é de 50 (cinquenta) habitantes de acordo com informações do Agente Comunitário de Saúde que atua no Sítio. Considerando que destes 50, 31 (trinta e um) fazem parte do Programa bolsa família, tomou-se como base para a pesquisa este número tendo em vista os objetivos da pesquisa. Quanto ao critério de inclusão dos participantes do estudo levou-se em conta que estes devam estar devidamente cadastrados no Programa Bolsa Família.

2.3 Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados

A coleta de dados do estudo deu-se por meio de um questionário semiestruturado (Apêndice A), a qual o entrevistador realizou perguntas pré-estabelecidas aos participantes do estudo. Estas perguntas abordam os objetivos específicos desta pesquisa.

Inicialmente contextualizou-se uma fundamentação bibliográfica com base em autores que versam políticas públicas, a pobreza e a exclusão social, o direito à alimentação na ótica da Carta Magna de 1988, sobre o Programa Bolsa Família e sobre os entraves provocados pela política neoliberal nas políticas sociais distributivas. Posteriormente os questionários foram aplicados no mês de abril do ano de 2018 junto aos 31 (trinta e um) participantes do estudo.

2.4 Processamento e Análise dos Dados

A análise dos dados deste estudo foi processada da seguinte forma: os dados quantitativos foram processados por meio de tabelas e gráficos. Na análise da pesquisa qualitativa, utilizou-se a análise de conteúdo, para descrição e explicação dos achados da pesquisa, conforme preconizado por Bardin (2009), que explica que a análise de conteúdo expressa um conjunto de técnicas de análise que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, utilizando para isso a intuição, a análise reflexiva e a análise crítica, objetivando o entendimento dos dados, e uma produção que favoreça o conhecimento acadêmico sobre o tema proposto. Ao final, foi realizada uma análise crítica dos dados apresentados.

2.5 Aspectos éticos

Os participantes deste estudo, por ser uma pesquisa científica que envolve seres humanos, estão protegidos pela Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, que concede proteção à dignidade humana, assim como benefícios atuais e potenciais, à participantes de pesquisas.

Os métodos de estudo foram especificados, e os participantes participaram livremente, isto é, foi assegurado aos participantes a sua vontade de contribuir e permanecer ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida (Apêndice B). Também houveram esclarecimentos acerca da natureza da pesquisa, seus objetivos, benefícios previstos, potenciais riscos e possível desconforto.

Os sujeitos pesquisados neste estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme diretrizes da Resolução nº 466/2012. Este termo é composto de Justificativa, Objetivos, Procedimentos, além da explicitação da garantia de plena liberdade em deixar de participar da pesquisa, assim como sigilo e privacidade.

Em relação aos riscos e os possíveis desconfortos, estão inclusos o fato de que o participante tenha receio de exposição social com as perguntas. Já os benefícios

esperados são de melhorar a compreensão acerca da percepção dos beneficiários do Bolsa Família acerca do programa e dos benefícios que este traz para a garantia das refeições básicas dos beneficiados.

CAPÍTULO III- RESULTADOS E DISCUSSÃO

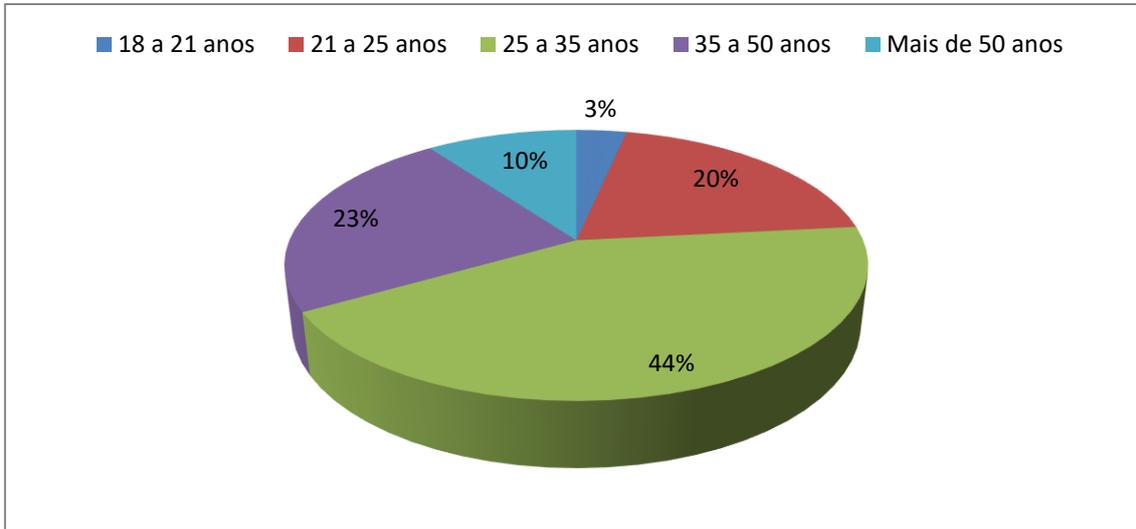
Após o desenvolvimento de um estudo bibliográfico e a exposição dos caminhos metodológicos percorridos neste estudo, procederemos à análise e a discussão dos resultados. Em um primeiro momento iremos analisar o perfil dos participantes do estudo para que em seguida proceda-se uma análise e discussão acerca dos dados específicos da pesquisa meio deste estudo empírico com base na literatura utilizada neste trabalho para que possamos cumprir o objetivo e responder a questão deste estudo.

3.1 Dados de Identificação dos participantes

Para traçar o perfil geral dos participantes do estudo foram elaborados questionamentos acerca de dados básicos, tais como faixa etária, estado civil, escolaridade, valor recebido pelo BPF, se possuem filhos ou não, sobre sua residência, se própria ou não, e quantas pessoas residem na mesma (Apêndice A). É possível observar algumas prevalências com base nos resultados encontrados.

Dos 31 participantes do estudo, a maioria dos participantes (44%) possui a faixa etária entre 25-35 anos assim como demonstra o Gráfico 01. Apenas um participante declarou possuir a faixa etária entre 18 e 21 anos (3%) e 3 (três) participantes, ou seja, 10% deles, declarou ter mais de 50 anos de idade

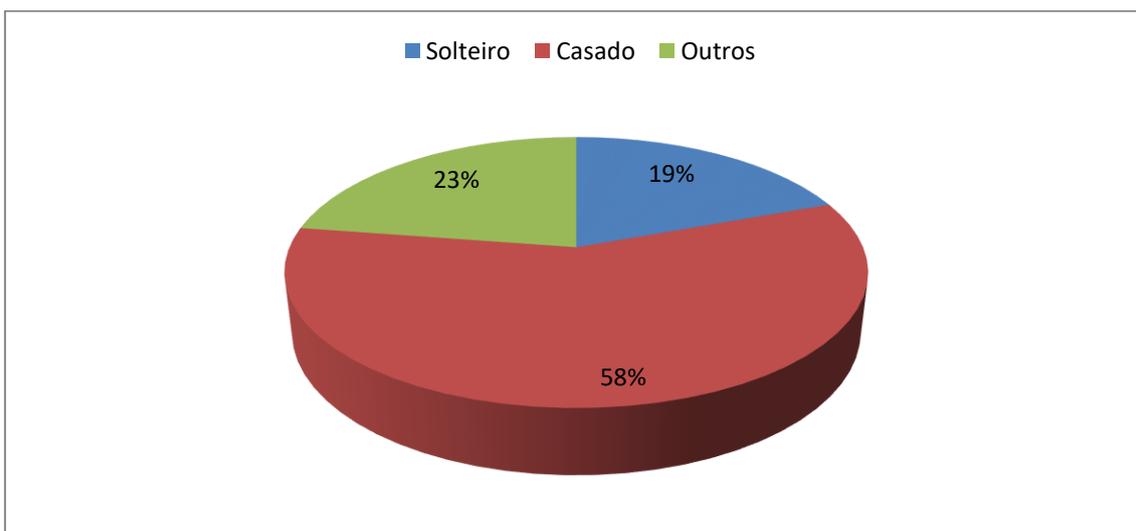
Gráfico 01: Resultados obtidos acerca da faixa etária dos participantes do estudo.



Fonte: Dados da pesquisa. Ano 2018

Sobre o estado civil dos participantes do estudo, os participantes afirmaram ser em sua maioria casada, totalizando 58% dos entrevistados (n 18). Apenas 6 (seis) participantes declaram serem solteiros e 7 (sete) declaram outro tipo de estado civil afirmando serem “juntos”, isto é, possuírem união estável. Nenhum participante declarou ser divorciado ou viúvo. O Gráfico 02 expõe os dados sobre o estado civil dos participantes.

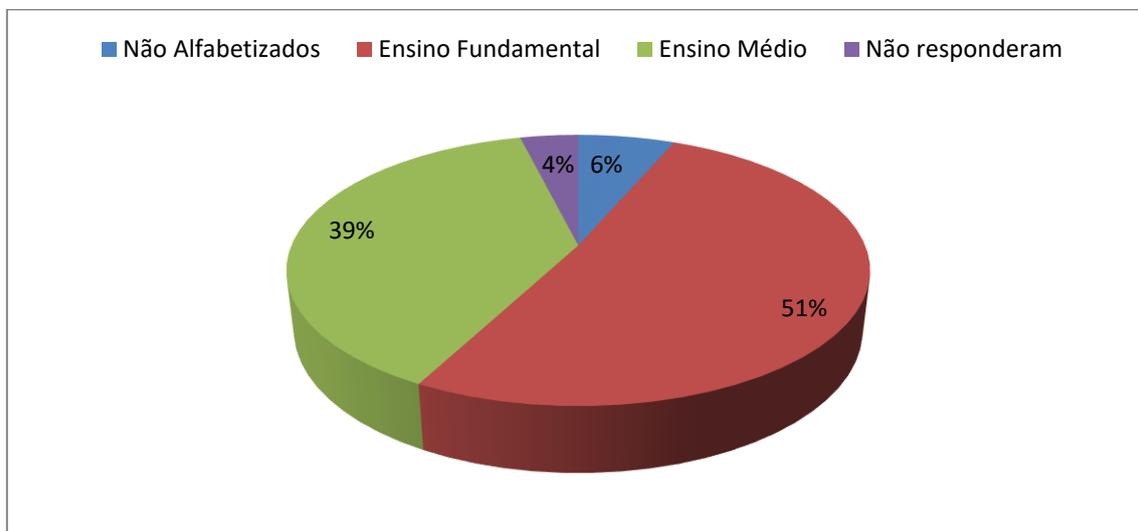
Gráfico 02: Resultados obtidos acerca do estado civil dos participantes do estudo.



Fonte: Dados da pesquisa. Ano 2018

Também questionou-se aos participantes do estudo acerca do seu nível de escolaridade. Os resultados obtidos mostram que a maioria dos participantes possui o nível de escolaridade do Ensino Fundamental, correspondendo à 51% dos 31 participantes. 39% apontaram como seu nível de escolaridade o Ensino Médio. Apenas 2 (dois) (6%) dos participantes declarou não serem alfabetizados; um optou por não responder o questionamento (4%); e nenhum apontou sua escolaridade em nível superior. O Gráfico 03 demonstra estes resultados supracitados.

Gráfico 03: Resultados obtidos acerca do nível de escolaridade dos participantes do estudo.



Fonte: Dados da pesquisa. Ano 2018

Percebe-se que dos trinta beneficiários do PBF do sítio Araras estudados, a maioria possuem em sua maioria o nível de escolaridade básica ou média, poucos não são alfabetizados e nenhum possui o nível superior de escolaridade.

Ainda com o propósito de estabelecer o perfil dos entrevistados, questionou-se a estes sobre o valor mensal do benefício recebido pelo Programa Bolsa Família. Os resultados variaram, enquanto alguns apontaram valores como R\$ 87,00 (oitenta e sete reais) e R\$ 158,00 (cento e cinquenta e oito reais), outros apontaram receberem R\$ 482,00 (quatrocentos e oitenta e dois reais) e R\$ 511,00 (quinhentos e onze reais).

Para melhor entendimento dos resultados obtidos construiu-se a Tabela 02 que expõe os dados acerca do valor mensal recebido do PBF pelos participantes, e

pela qual é possível identificar que, em sua maioria, os participantes recebem os valores de R\$ 150,00, de R\$ 160,00 e de R\$ 250,00 reais mensais pelo PBF.

Quadro 02: Valores Mensais recebidos pelos participantes do estudo pelo Programa Bolsa Família.

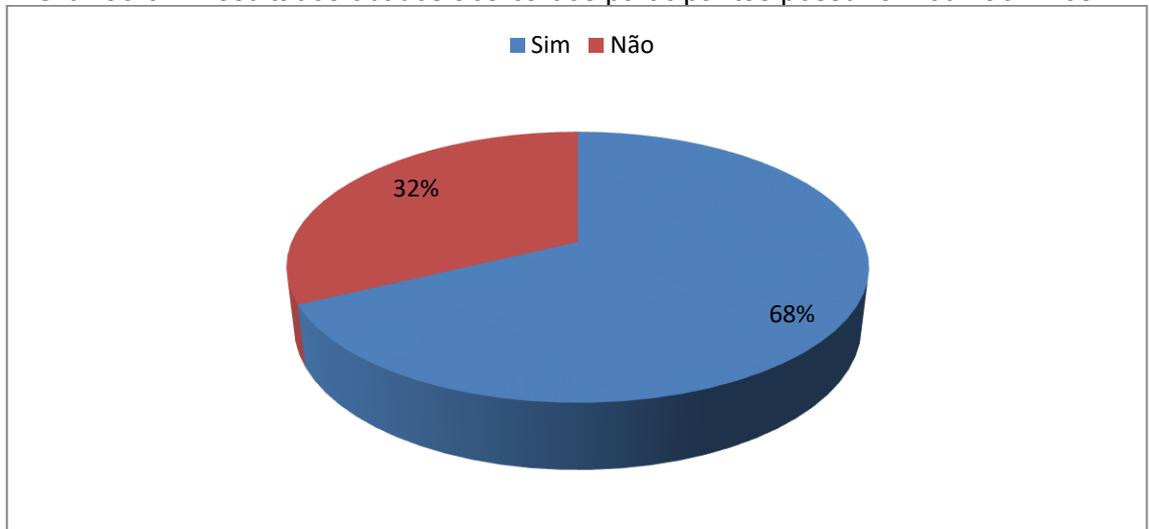
Valor recebido	Número de participantes
R\$ 87,00	2
R\$ 81,00	1
R\$ 143,00	1
R\$ 150,00	3
R\$ 156,00	2
R\$ 158,00	1
R\$ 160,00	3
R\$ 170,00	1
R\$ 242,00	2
R\$ 241,00	1
R\$ 250,00	3
R\$ 256,00	2
R\$ 270,00	1
R\$ 316,00	1
R\$ 320,00	1
R\$ 321,00	1
R\$ 325,00	2
R\$ 342,00'	1
R\$ 511,00	1
R\$ 482,00	1

Fonte: Dados da pesquisa. Ano 2018

Uma observação sobre o valor mensal recebido pelos participantes do PBF é que alguns que possuem, por exemplo, três filhos recebem um valor mensal menor que alguns que possuem apenas um filho. Isso nos mostra que há uma desigualdade na distribuição do valor do benefício pelo Programa Bolsa Família.

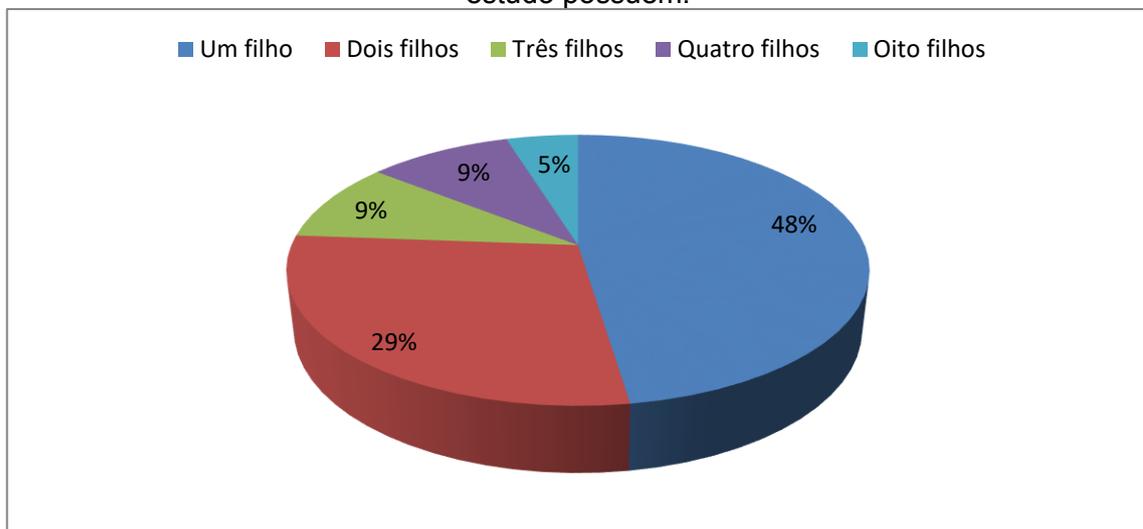
Questionou-se aos pesquisados se os mesmos possuem filhos, e pediu-se para caso de resposta afirmativa, que os mesmos apontassem quantos filhos possuem. Dos 31 entrevistados, 21 (vinte um), ou seja, 68 % possuem filhos e, apenas 10 (dez), ou seja, 32 % não possuem filhos. Dos 68 % que possuem filhos, a maioria apontou possuírem de 1 (um) (48%) a 2 (dois) filhos (29%). Apenas quatro participantes declararam possuírem 3 (três) (9%) e 4 (filhos) (9%), e apenas um (5%) afirmou possuir 8 (oito) filhos. Os Gráficos 04 e 05 expõem esses dados analisados a seguir.

Gráfico 04: Resultados obtidos acerca dos participantes possuírem ou não filhos.



Fonte: Dados da pesquisa. Ano 2018

Gráfico 05: Resultados obtidos acerca da quantidade de filhos que os participantes do estudo possuem.



Fonte: Dados da pesquisa. Ano 2018

Para complementar a análise do perfil dos participantes do estudo, questionou-se aos mesmos sobre a categoria em que se caix a sua residência, se a mesma é cedida, alugada ou própria. 4 (quatro) dos participantes, ou seja, 13% apontaram que a sua residência é cedida; já 27 (vinte sete) participantes, isto é, 87%, declararam que sua residência é própria. Com isto percebe-se que a maioria dos participantes residem em casa própria.

Também questionou-se sobre o número de pessoas que residem na sua casa, e a maioria apontou respectivamente que 2 (duas), 3 (três) e 4 (quatro) pessoas residem na residência. Apenas um apontou a quantidade de 10 (dez) pessoas residentes, e três e dois participantes apontaram residirem uma e seis pessoas respectivamente na residência. Nota-se que o número de residentes varia, mas não são em grande número em sua maioria.

3.2 Dados específicos do estudo

Em um segundo momento desta pesquisa questionou-se aos participantes por meio do questionário aplicado (Apêndice A) sobre os dados específicos do objetivo deste estudo.

Inicialmente perguntou-se se os participantes possuíam conhecimento acerca do principal objetivo do PBF. 28 (vinte e oito) dos 31, ou seja, 90% participantes assinalaram que sim, que possuíam conhecimento sobre o objetivo principal do PBF. Apenas 3 (três), isto é, 10 % participantes declaram não terem ciência do objetivo principal do PBF.

Cavalcanti, et al., (2016) expõem que os objetivos do PBF é centralizar várias ações governamentais em um único programa, favorecendo assim o acesso dos sujeitos vulneráveis ao programa e tornando este também mais eficiente administrativamente. Além disso, os dados encontrados neste estudo corroboram com os encontrados por Silveira (2009) onde por meio de um estudo sobre a percepção da sociedade sobre o Programa Bolsa Família, os autores afirmaram que basicamente a população reconhece o Programa e entende que ele está sendo utilizado de forma adequada.

Também indagou-se aos participantes se eles consideram o PBF excelente, muito bom, bom, regular ou ruim. 14 (quatorze) dos participantes declaram que consideram o BF muito bom, enquanto 9 (nove) afirmaram que este programa é Excelente, enquanto 7 (sete) dos participantes declararam ser o Bolsa Família um bom programa. Apenas um participante declarou que considera o BF regular e nenhum apontou ser ruim este programa.

Percebe-se que a maioria considera o Programa Bolsa Família muito bom. Dados semelhantes foram encontrados nos estudos de Silveira (2009) e pela pesquisa desenvolvida em 2006 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por meio do Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DATAUFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde constataram que os beneficiários consideram o PBF benéfico, principalmente no que diz respeito à suprir as refeições básicas. Para se ter ideia, por meio desta pesquisa identificou-se que, para 85,6% das famílias, a qualidade da alimentação melhorou depois que estas começaram a receber o recurso financeiro do Programa

Em seguida ao apontar aos participantes que o principal objetivo do PBF é a garantia das refeições básicas, questionou-se a estes se eles consideram que o valor atual recebido é suficiente para adquirir a alimentação básica. Os resultados obtidos apontam para a maioria, ou seja, 87% não considera que o valor não é suficiente, e apenas 13% dos participantes apontaram que sim, que o valor recebido é suficiente para adquirir a alimentação básica.

Pediu-se ainda que os participantes justificassem em caso de resposta negativa o porquê de considerarem que o valor recebido pelo PBF era insuficiente para a aquisição de alimentação básica. Selecionaram-se algumas das principais respostas e, expõe-se a seguir:

[...] *“Precisa complementar pra poder comprar alimentos pra o mês”* (Participante 01)

[...] *“Não é suficiente pra comprar alimentos pra o mês”* (Participante 02)

[...] *“Em virtude de altos preços dos alimentos o valor recebido não é suficiente para complemento”* (Participante 18)

Percebeu-se que a maioria dos participantes não considera que a quantidade recebida pelo Programa Bolsa Família seja suficiente para suprir a alimentação mensal básica. Esses resultados se contrapõem ao estudo divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2006) pelo qual afirmou-se que, quanto à insegurança alimentar, 54% e 58,6% dos entrevistados avaliaram que a quantidade de alimentos consumidos era suficiente, uma vez que nesse estudo realizado encontrou-se uma insatisfação de 87%.

Sobre o fato de que com a criação do Programa Bolsa Família, o participante que é beneficiário considerar que este fomentou melhorias no que diz respeito à aquisição de alimentos, obteve-se os seguintes dados: 24 (vinte e quatro) dos 31 (trinta e um) participantes, isto é, 78% deles consideram que sim, que o PBF trouxe melhorias no que diz respeito à aquisição de alimentos; apenas 3% dos participantes consideraram não haver melhorias; já 19% afirmaram que as melhorias foram em parte suficientes para o suprimento de alimentos.

Esses dados condizem com os resultados encontrados por Schmoller, et al., (2016) em seus estudos, os quais constataram que as famílias pesquisadas consideram que com a inserção no PBF houve sim uma melhora perceptível na qualidade de vida, principalmente na aquisição de alimentos quando a renda da família já torna-se insuficiente para tal fim.

Acerca das dificuldades enfrentadas pelos beneficiários antes de aderirem ao Programa Bolsa Família, todos os participantes relataram que serem estas relativas aos empecilhos em se comprar alimentos. Isso nos mostra que o PBF surge em um cenário de exclusão social, exclusão esta que para Xiberras (1993) condiz com a incapacidade dos indivíduos em suprirem-se de bem materiais.

Sendo assim, o PBF enquanto estratégia do Fome Zero auxilia os indivíduos no enfrentamento da pobreza conforme afirma Silva; Silva (2010), auxiliando ainda que os indivíduos não sejam excluídos socialmente devido a não possibilidade de suprir-se de alimentos considerados básicos para a existência e para a dignidade humana.

Os participantes apontaram ainda em sua maioria, quando questionados sobre as mudanças que obtiveram em suas vidas após o cadastramento no PBF, que o programa os beneficiou auxiliando na compra de alimentos. Lê-se a seguir a transcrição de algumas respostas dos participantes acerca desse questionamento:

[...] *“Facilitou a aquisição para compra de alimentos”* (Participante 25)

[...] *“Melhorou de uma forma geral inclusive na compra de alimentos”* (Participante 08)

[...] *“Facilitou a compra de alimentos. Os filhos não correm risco de desnutrição”* (Participante 21)

[...] *“Acesso à compra de alimentos”* (Participante 31)

[...] *“Independência para compra de alimentação”* (Participante 10)

Esses apontamentos feitos pelos participantes do estudo acerca dos benefícios que o PBF trouxe às vidas das famílias condiz com o que apontam Silva; Brito (2013) acerca das vantagens do Bolsa Família acerca da subsistência de comida das famílias em risco ou em vulnerabilidade social. Isto é, o BF supri, mas não por completo, as necessidades dos alimentos básicos das famílias em situação de pobreza no Brasil.

Também questionou-se aos participantes se os mesmos consideram que o governo deveria ampliar o número de pessoas atendidas. Todos os participantes assinalaram que sim, que o governo deveria ampliar o número de pessoas a serem beneficiadas, ou seja, deveria ampliar o programa atendendo mais famílias em situação de pobreza.

Percebe-se que essa indicação dos participantes possui uma lógica, já que com o advento da política neoliberal no Brasil, as políticas públicas sociais, como o Programa Bolsa Família sofrem restrições, impossibilitando que um maior número de pessoas seja atingido pelo programa.

Yazbek (2004) aponta que, mesmo sendo considerado um dos principais programas de erradicação da pobreza no Brasil, o Bolsa Família não se concebe por meio dos direitos dos sujeitos, isto é, ele é restrito e não abrange de forma incondicional os sujeitos. Um exemplo de limite deste programa de acordo com a autora é o fato de que para alguns municípios existem uma quantidade máxima de famílias a serem beneficiadas.

Acerca do apontamento de Yazbek (2004), Zimmermann (2006, p. 152) escreve que “A partir do momento em que essa quota é preenchida, fica

“impossibilitada” a inserção de novas famílias, mesmo que sejam extremamente vulneráveis e, portanto, portadoras desse direito”.

Todos os participantes afirmaram que os critérios exigidos pelo governo são necessários para ter acesso aos benefícios do programa. Isso nos mostra que os participantes não consideram que o cadastramento no programa seja burocrático ou exigente, pelo contrário, mostra que os critérios exigidos pelo governo condizem com a importância social do programa.

Todos os participantes do estudo consideraram ao serem questionados sobre que consideram que o Programa Bolsa Família poderia ser melhorado que sim, que este merece sim alguns ajustes no sentido de melhorar seus objetivos e o público aos qual pretende atingir. Observa-se os comentários dos participantes ao serem perguntados como poderia se materializar essas melhorias:

[...] *“Aumento do valor do benefício já recebido”* (Participante 10)

[...] *“Criação de outros programas sociais para se unir ao Bolsa Família”* (Participante 25)

[...] *“Aumentando o valor e o número de vagas”* (Participante 03)

[...] *“Colocar no programa as pessoas que realmente precisa através de fiscalizações rígidas”* (Participante 31)

[...] *“Distribuir o valor conforme a quantidade de pessoas da família de forma a conseguir comprar alimentos suficientes para o mês”* (Participante 29)

[...] *“Tendo fiscalização rígida para realmente ficar no programa as pessoas que precisam”* (Participante 05)

[...] *“Estabelecer um valor igualitário a todos os beneficiários e que desse para comprar alimentos para o mês”* (Participante 12)

Com base nos apontamentos dos respondentes percebe-se que os mesmos consideram que o aumento do valor do benefício, uma correta e justa distribuição do mesmo e uma fiscalização mais rígida seriam uma forma de melhorar o Programa Bolsa Família. A indicação de aumento do valor do benefício mostra que os valores recebidos são insuficientes para a compra da alimentação necessária para um mês. Isso também é apontado no estudo de Silva; Brito (2013, p. 08) quando os autores

verificaram que “o Programa Bolsa Família mostra-se que o valor que as famílias recebem é insuficiente, pois recorrem a outros auxílios, sejam eles programas sociais, famílias ou de terceiros”.

Por fim, diante dos apontamentos sobre a insuficiência do valor mensal recebido pelo PBF conforme apontado pelos participantes, indagou-se a estes se os mesmos exerciam alguma atividade remunerada para complementar a renda e caso exercessem, apontasse qual atividade. A maioria dos participantes, ou seja, 90% que corresponde a 28 participantes afirmaram que sim, que exercem alguma atividade remunerada com o propósito de complementar o benefício recebido. Apenas 3 entrevistados que representam 10% dos participantes declararam que não exercem atividades remuneradas para complementar a renda.

Dos 90% que afirmaram exercerem atividades remuneradas para complementar a renda, 78% apontou que a atividade advém da agricultura (plantio ou diária); 3% declarou trabalharem como ajudante de cozinha; 7% como diarista; 4% em fábricas de carvão; 4% como ajudante em salão de beleza; 4% vendendo coentro; e 4% prestando serviços gerais em casas de família.

Novamente percebe-se com base nos apontamentos da maioria dos participantes que o benefício recebido é insuficiente para suprir as necessidades alimentares, sendo por isso necessário que estes exerçam atividades remuneradas com o propósito de complementar a renda familiar para a compra de alimentos.

Entende-se que a política neoliberal que caracteriza-se de acordo com a Oliveira (2011) o em uma reestruturação pautada no ajuste fiscal, com a privatização de empresas públicas e desvinculada da ideia de fortalecimento da proteção social, preconizando a redução do papel do Estado e ampliação da esfera do mercado econômico, é a grande provocadora da insuficiência dos benefícios e da abrangência de mais famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade pela pobreza ou pobreza extrema.

E ainda, que devido aos ideários dessa política, os beneficiários do BF não recebem valores justos e compatíveis com as necessidades alimentares, sendo necessário por isso que estes exerçam atividades remuneradas não somente para complementar a renda, mas principalmente para complementar o benefício para a compra de alimentos necessários no mês

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo o conhecimento de que o Programa Bolsa Família trata-se de uma estratégia do Programa Fome Zero para o enfrentamento da pobreza no Brasil, e de que o objetivo deste estudo concentrou-se em analisar essa política pública de transferência de renda no âmbito da população do sítio Araras, localizado no município de Itapetim-PE no que diz respeito à garantia das principais refeições, pode-se concluir que o objetivo geral deste estudo foi plenamente alcançado.

Constatou-se que os participantes do estudo, em sua maioria, possuíam a faixa etária de 25-35 anos, eram casados, com filhos, com residência própria, com nível escolaridade de Ensino Fundamental e que os valores do benefício recebido mensalmente muitas vezes não condiziam com sua realidade, constatando-se desta forma haver uma desigualdade na distribuição dos benefícios por parte do BPF.

Percebeu-se que a maioria dos participantes tem conhecimento acerca do objetivo principal do PBF, considerando muito bom o programa, mas não considerando que o valor atual recebido mensalmente é suficiente para a aquisição da alimentação básica do mês. Todavia, a maioria dos participantes declaram que, mesmo diante dessa insuficiência, o programa fomentou melhorias na vida de suas famílias no que diz respeito à possibilidade em se adquirir alimentos.

Com isso, percebeu-se que os participantes do estudo entendem os objetivos do PBF assim como também identificam suas falhas, considerando valor recebido é insuficiente sendo necessário que em sua maioria, os participantes precisem de trabalhos para complementar os gastos mensais com alimentação. Todos os participantes apontam como forma de melhoria do programa, o aumento do valor do benefício recebido mensalmente.

Diante do exposto, percebe-se que, acerca da análise acerca da relevância deste programa para a população específica supracitada considerou-se que este é tido por esta com um programa que fomenta, mas não totalmente, as necessidades destes beneficiários com a alimentação mensal. Assim, não se pode descartar a contribuição do programa à melhoria das condições de vida dessas famílias, como também não se pode afirmar que este possibilitou a superação das condições de

vulnerabilidade, sendo apenas uma forma, diga-se que ainda falha, de enfrentamento da pobreza.

Outrossim, declara-se que não houveram empecilhos para a realização deste estudo, visto que a literatura sobre o assunto é bastante vasta e que os participantes participaram livremente contribuindo assim para que os objetivos específicos deste estudo fossem cumpridos plenamente.

Por fim, recomenda-se que diagnósticos mais abrangentes sobre este tema sejam desenvolvidos como forma de se compreender, com uma amostra de maior número, a percepção dos beneficiários sobre o PBF e assim, identificar as falhas, podendo então sugerir-se possibilidades para que estas sejam corrigidas.

REFERÊNCIAS

ARZABE, Patrícia Helena Massa. **Pobreza, Exclusão Social e Direitos Humanos: O Papel do Estado**. 2011.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O CONSENSO DE WASHINGTON A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994.

BRESSER – PEREIRA, Luiz Carlos. **A CRISE DA AMÉRICA LATINA: Consenso De Washington ou crise fiscal?**. 1991. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-AcriseAmericaLatina.pdf> Acesso em: 05. Abr. 2018.

BARROS, R, P, et al., **A queda recente da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Texto para Discussão, n. 1.258. Disponível em: < www.ipea.gov.br>. Acesso em: 18. Abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Programa Ética e Cidadania: Exclusão e Inclusão Social**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/fasciculos/edh/1_3_mec_exclusao_direitos_humanos.pdf Acesso em: 19. Abr. 2018.

_____. **Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União. 2007.

_____. **Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009**. Altera os arts. 18, 19 e 28 do Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Brasília: Diário Oficial da União. 2009.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 27. Mar. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. **PESQUISA DE PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**. 2006. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20de%20percep>

%C3%A7%C3%A3o%20dos%20benefici%C3%A1rios%20do%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20sobre%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20e%20nutricional.pdf Acesso em: 30. Abr. 2018.

_____. **Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília. 2004.

CARVALHO, Edemir de. Exclusão Social e Crescimento das Cidades Médias Brasileiras. **Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales.** Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98. Vol. VII, núm. 146(128), 1 de agosto de 2003. Disponível em: [http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(128\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(128).htm) Acesso em: 21. Abr, 2018.

CAVALCANTI, D, M, et al., Impactos do programa Bolsa Família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: Uma abordagem usando o efeito quantílico de tratamento. **Economia Aplicada**, v. 20, n. 02, 2016.

COUTINHO, Daniela Schneidewind Ribeiro. **O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos na redução da pobreza.** Curitiba: Appris, 2016.

COSTA, Lúcia Cortes da. O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro. **Revista PESQUISA & DEBATE**, SP, v.11, n. 1 (17), p: 49-79, 2000.

CUNHA, E. da P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F., GUIMARÃES M.; UDE, W. Políticas públicas. (org.) Belo Horizonte: UFMG; PROEX, 2002. pp. 11-26.

DOROTEU, Leandro Rodrigues. A exclusão Social, uma afronta aos Direitos Humanos. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, N. 101, jun, 2012. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/?n_linkrevista_artigos_leitura&artigo_id=11816 Acesso em: 21. Abr. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. Inclusão social e cidadania. In: 32º International Conference on Social Welfare. 2006. Disponível em: http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf Acesso em: 24. Abr. 2018.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira.** São Paulo: Olho d`água. 1995. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

IPEA. O que é? - Índice de Gini. **Desafios do Desenvolvimento**, Ano 1, Edição 4, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017.** Rio de Janeiro: 147p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf> Acesso em: 19. Abr. 2018.

LAVINAS, Lena **Programas de garantia de renda mínima: Perspectivas brasileiras** (Texto para discussão n. 596). Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

LEAL IVO, Anete Brito. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo/Salvador, Annablume/CRH-UFBA, 2008. 256 p.

LOWI, T. J. **American business, public policy, case-studies and a political theory**. *World Politics*, n. 16, 1964.

MATOS, Sidney Tanaka S. Conceitos primeiros de neoliberalismo. **Mediações**, v. 13, n.1-2, p. 192-213, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008.

MACIEL, David. O governo collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG**, Dezembro, 2011, Ano XIII nº 11.

MENEZES, D, H, L de. A POLÍTICA DE SAÚDE BRASILEIRA: os impactos da década de 90 aos dias atuais. 2011. **In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 2011. Disponível em:

MELAZZO, Evaristo Santos. PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Revista TÓPOS** v. 4, 2, p. 9 - 32, 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.

MONTEIRO, J. V. **Fundamentos da política pública**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **CONFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS**. Viena. 1993. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html> Acesso em: 22. Abr. 2018.

Organización Panamericana de la Salud-OPS. Exclusión en salud en países de América Latina y el Caribe. Serie N° 1. **Extensión de la Protección Social en Salud**. Washington D.C.: OPS/OMS, Agencia Sueca para el Desarrollo Internacional (ASDI), 2003.

OLIVEIRA, R, F. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. **Revista Urutágua**, n. 24. 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/10698> Acesso em: 09. Abr. 2018.

OUTHWAITE, W; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PESSOA, Eudes Andre. A Constituição Federal e os Direitos Sociais Básicos ao Cidadão Brasileiro. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9623>. Acesso em: 21. Abr 2018.

PIOVESAN, Flávia. Direitos econômicos, sociais e culturais e direitos políticos, **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, Ano 1, n. 1, 2005, p. 22.

POCHMANN, Márcio. **A Exclusão Social no Brasil e no Mundo**. 2005. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/todas-noticias/523-artigo> Acesso em: 21. Nov. 2015.

PORTAL BRASIL. **Ipea revela que 3,5 milhões saíram da pobreza em 2012**. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/mais-de-3-5-milhoes-sairam-da-pobreza-em-2012-diz-ipea> Acesso em: 24. Abri. 2018.

REIS, A, A, C dos; SÓTER, A, P, M; FURTADO, L, A, C; PEREIRA, S, S da S. Tudo a temer: financiamento, relação público e privado e o futuro do SUS. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, p. 122-135, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40nspe/0103-1104-sdeb-40-spe-0122.pdf> Acesso em: 07. Abr. 2018.

SALES, J, M, A de; PACHÚ, C, O. In: PACHÚ, Célia Oliveira (org). Direitos Sociais: o artigo 6º da Constituição Federal e sua efetividade. 2015, 274p.
SANTIN, Janaína Rigo. Globalização, Direitos Sociais e Poder Local. Dissertação apresentada ao Curso de PósGraduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Direito. 2000. 197p.

SILVA, A, C, da; BANDEIRA, E, S, F; LOPES, E, B. POBREZA NO BRASIL: aspectos conceituais e o processo de construção histórica. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas – Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital. 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/POBREZA_NO_BRASIL_ASPECTOS_CONCEITUAIS_E_O_PROCESSO_DE_CONSTRUCAO_HISTORICA.pdf Acesso em: 18. Abr. 2018.

SILVA E SILVA, Maria Ozarina da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

SILVEIRA, Ramaís de Castro. Neoliberalismo: conceitos e influências – De Sarney à FHC. Trabalho apresentado para obtenção de título de Mestre em Ciências Políticas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009, 176p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16218/000694385.pdf?sequence=1> Acesso em: 11. Abr. 2018.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, M, H, C; BRITO, E, G, L. O PROGRAMA BOLSA FAMILIA: um estudo da percepção das famílias de Miranorte – TO. **In: Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013.** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5-pobrezaepoliticaspUBLICAS/pdf/oprogramabolsafamilia.pdf> Acesso em: 30. Abr. 2018.

SOARES, Laura Tavares R. O desastre social. **In: Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. **Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países.** Brasília: MDS, 2007.

SOARES. Sergei; SATÍRO. Natália. **O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras.** IPEA, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1996.

SCHOMOLLER, D, A, et al., Percepção das famílias inseridas no programa bolsa família no município de Imbuia, SC. **In: Anais do VIII Encontro de Economia Catarinense, 2014.** Disponível em: <http://apec.pro.br/anais-dos-eventos/viii-encontro-de-economia-catarinense/> Acesso em: 30. Abr. 2018.

TEIXEIRA, Elenaldo C. **O Papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Salvador, Bahia, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

YASBEK, Maria Carmelita. O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 18, n. 2, 2004, p. 105.

XIBERRAS, Martine. **Les théories de L'exclusion.** Paris: Merediens : - Klincksiecke, 1993.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. OS PROGRAMAS SOCIAIS SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS: o caso do Bolsa família do governo Lula no Brasil. **Revista Internacional De Direitos Humanos**, número 4, Ano 3, 2006

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do aluno George Ferreira de Sousa do curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Campus VII, orientado pelo Prof. Ms. Geovaneto Vilar de Oliveira. Este questionário tem o objetivo de coletar informações relevantes para a compreensão da política de transferência de renda do Programa Bolsa Família sob a percepção dos beneficiários do programa residentes no sítio Araras, localizado no município de Itapetim-PE no que diz respeito à garantia das principais refeições.

Indique sua faixa etária

- Entre 18 e 21 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Entre 25 e 35 anos
- Entre 36 e 50 anos
- Mais de 50 anos

Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a) Outro:

Escolaridade:

- () Não Alfabetizado () Ensino Fundamental () Ensino Médio
- () Ensino Superior

Valor recebido pelo programa (mensal):

R\$ _____

Tem filhos?

Sim Não

Em caso de resposta afirmativa, quantos? _____

A sua residência se encaixa em qual categoria?

cedida alugada própria Outro: _____

**Quantas _____ pessoas _____ vivem _____ na
residência? _____**

Têm conhecimento do principal objetivo do programa Bolsa Família?

Sim; Não

Como o(a) senhor(a) considera o programa?

Excelente Muito bom Bom Regular Ruim

O principal objetivo da Bolsa Família é a garantia das refeições básicas. O valor atual recebido é suficiente para adquirir a alimentação básica?

Sim Não. Justifique “em caso resposta negativa”

Com a criação do programa Bolsa família houve melhorias no que diz respeito à aquisição de alimentos?

Sim Não Em parte

Quais as dificuldades enfrentadas pelos beneficiários antes de participar do programa?

O que mudou na vida dos beneficiários após a participação do programa?

O Governo precisa ampliar o programa em números de pessoas atendidas? () Sim () Não

Os critérios exigidos pelo governo são necessários para ter acesso aos benefícios do programa?

() Sim () Não. Porquê?

O(a) senhor(a) acredita que o programa pode ser melhorado?

() Não () Sim. Como?

O(A) senhor(a) exerce alguma atividade remunerada para complementar a renda?

() Não () Sim. Qual? _____

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Solicito sua participação nesta pesquisa, cujo título é “**POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: GARANTIA DE REFEIÇÕES BÁSICAS**” realizada pelo aluno George Ferreira de Sousa acadêmico do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Paraíba – Campus VII sob a orientação do Prof. Ms. Geovaneto Vilar de Oliveira vinculado ao departamento do curso citado acima.

O objetivo principal deste estudo é compreender a política de transferência de renda do Programa Bolsa Família sob a percepção dos beneficiários do programa residentes no sítio Araras, localizado no município de Itapetim-PE no que diz respeito à garantia das principais refeições.

Salientamos que não há riscos previsíveis com o intento desta pesquisa, um risco mínimo pode residir no fato de os entrevistados sentirem-se constrangidos mediante as perguntas feitas, tendo em vista a possibilidade de informações trabalhistas ou confidenciais a respeito do perfil sócio econômico que pode ser considerado impedimento ou empecilho para o desenvolvimento dos trabalhos, tendo em vista o tipo de vínculo trabalhista que os mantém na área da saúde mental. No entanto, os benefícios propostos com a realização desta pesquisa apontam para uma melhor racionalidade acerca do Programa Bolsa Família, expondo as características e as reflexões acerca desta política pública social distributiva.

Para tanto, solicitamos a sua colaboração em responder ao nosso formulário semiestruturado. Os resultados gerais obtidos nesta pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos propostos, incluída a construção do Trabalho de Conclusão e Curso (TCC), como também a divulgação em formato de artigos em periódicos acadêmicos, como forma de contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços, ressaltando que em nenhum desses momentos o Senhor/Senhora terá sua identidade identificada enquanto participante da pesquisa.

Esclarecemos que sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar desse estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Declaração do participante:

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido/a e dou o meu consentimento para participar da Pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com os pesquisadores envolvidos:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a)

Pesquisador: Prof. Ms. Geovaneto Vilar de Oliveira (pesquisador responsável)

Endereço:

Aluno: George Ferreira de Sousa (pesquisador participante).

Endereço:

Telefone:

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável.
